

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



DIREITOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: DESAFIOS NA PRÁTICA DE ENSINO E INCLUSÃO E PROJETO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À PESQUISA - AÇÕES AFIRMATIVAS (PIBIC-AF)

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

MOTA; Gabriel Almeida Guimarães¹, MAIA; Gustavo Pinheiro Santos², SANTOS; Ana Katia Alves dos³

RESUMO

DIREITOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: Desafios na prática de ensino e inclusão e projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa - Ações Afirmativas (PIBIC-AF)

GABRIEL ALMEIDA GUIMARÃES MOTA¹

GUSTAVO PINHEIRO SANTOS MAIA²

ANA KATIA ALVES DOS SANTOS (orientadora)³

A comunicação ora proposta está relacionada ao projeto aprovado em edital PIBIC-AF de título “Educação e direitos de estudantes com deficiência em Instituições de Ensino Superior da cidade de Salvador/BA” analisa questões relativas aos direitos e políticas educacionais de inclusão dos estudantes com deficiência em cursos de graduação no ensino superior, visto que existe a necessidade social e acadêmica de se compreender as dificuldades específicas enfrentadas por pessoas no âmbito do ensino superior, especialmente considerando que os processos de inclusão são colocados como desafio da educação contemporânea. No que se tange ao ensino superior público, o desafio é ainda maior, visto que “[...] há problemas que vão desde os limites orçamentários para garantia de processos de acessibilidade de qualidade até a formação dos formadores e a plena garantia de inclusão ao invés da integração” (PROJETO, 2023/2024). A fundamentação teórica tem base principal nas obras de MANTOAN (2003) e MITTLER (2003), bem como nos instrumentos legais de defesa da pessoa com deficiência. A natureza da pesquisa é qualitativa com método estudo de caso (SANTOS, 2018) triangular, este que volta atenção ao estudo em unidades particulares de contexto relacional, e está estruturado em três fases: a exploratória, a interventiva e a descritiva. Serão apresentados os resultados parciais, destacando os dados da Universidade Federal da Bahia, visto que a pesquisa está em andamento em mais duas outras instituições públicas localizadas em Salvador/BA. O levantamento dos dados foram orientados sobre oito pontos no que tange aos direitos dos discentes com deficiência: (1) acesso predial, (2) placas em braille, (3) forma de acesso a outros pavimentos, (4) presença de piso tátil, (5) banheiro para pessoa em cadeira de rodas, (6) banheiro para pessoa ostomizada, (7) placas em *SignWriting* (escrita gestual) e, para os restaurantes universitários, (8) se há mesas acessíveis. Na UFBA, o resultado aponta que nenhuma das edificações apresentou todos os pontos em completude. Esses dados, colhidos e expostos em tabela, evidenciam uma discrepância em

¹ UFBA, gabrielmota@ufba.br

² UFBA, gustavomaia5949@gmail.com

³ UFBA, ai2012ssa@gmail.com

diferentes unidades da Universidade, em que há um suporte muito melhor desenvolvido na Faculdade de Comunicação que, por exemplo, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Outra coisa que a tabela aponta é uma perspectiva limitada da Instituição em relação às deficiências, apresentando um suporte mais ostensivo às deficiências atreladas à mobilidade, como rampas e elevadores, mas inexistindo suporte à pessoa com deficiência auditiva, ao contar com apenas uma placa em *SignWriting* em apenas uma única unidade da instituição, e nenhum banheiro para ostomia, evidenciando que as práticas de acessibilidade acabam seguindo o conceito de abranger as necessidades que possuem mais “demandas”, muitas vezes esquecendo o suporte para outras deficiências. Além disso, foram observadas barreiras que vão além das físicas, posto que banheiros, rampas e elevadores, quando existentes, encontram-se em locais escondidos, dispersos, trancados ou inutilizáveis, dificultando o acesso e permanência de pessoas com deficiência em tais espaços, logo, fomentando uma segregação social, que por sua vez, remete ao fato de que, historicamente, as pessoas com deficiência eram inseridas em instituições com caráter assistencialista, distantes da sociedade e privadas de diversos direitos. Sendo assim, torna-se possível perceber o reflexo de tal segregação na UFBA. Com as garantias legais ostensivas, advindas desde a Constituição Federal e da Lei Brasileira de Inclusão, a população com deficiência brasileira encontra-se plenamente amparada em termos legais, todavia a pesquisa demonstra que até mesmo no ambiente acadêmico, que melhor serviria para a mobilidade social da pessoa com deficiência, diversas imposições da realidade inviabilizam a participação plena na instituição dos estudantes com deficiência. Nota-se limitação considerável para que os processos inclusivos se operem, a saber, acessibilidade física e intelectual, igualdade de oportunidades para o trabalho e lazer, direito à informação e comunicação, uso de serviços e instalações públicas. O desafio da ampliação da inclusão para os estudantes com deficiência está posto.

¹ Bolsista PIBIC-AF, agência financiadora: UFBA. Graduando em História pela UFBA.

² Apoio no levantamento de dados. Graduando em História pela UFBA e discente da orientadora no componente EDCA11-2023.1 (Didática e Práxis Pedagógica I).

³ Orientadora projeto PIBIC AF; Professora e doutora em Educação/UFBA; Pós-doc no exterior/UMinho. Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação.

Referências

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. _____. Prefácio da obra Educação Inclusiva: contextos sociais de MITTLER, 2003.

SANTOS, Ana Katia Alves dos et al. Pesquisa de Natureza Qualitativa e o Estudo de Caso: concepção e tipos. Práticas de Pesquisa Qualitativa: o Estudo de Caso na Formação Docente do Mestrado Profissional em Educação da FAGED/UFBA. Curitiba, p. 19-30. Editora CRV, 2018.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. Revista Lusófona de Educação, 2009. 13.135-153.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, estudantes com deficiência, ensino superior, educação

¹ UFBA, gabrielmota@ufba.br

² UFBA, gustavomaia5949@gmail.com

³ UFBA, al2012ssa@gmail.com

¹ UFBA, gabrielmota@ufba.br
² UFBA, gustavomaia5949@gmail.com
³ UFBA, al2012ssa@gmail.com